



Ademicon Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ: 84.911.098/0001-29

ademicon.com.br

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações fi-
nancieiras da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. ("Ademicon" ou "Companhia"), correspondentes ao exercício e semestre
findos em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente,
das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendemos também, as demonstrações consolidadas dos recursos de
consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios referentes ao exercício e semestre.
Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a
funcionar pelo Banco Central do Brasil. A ADEMICON tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio com as marcas ADEMICON,
WECO, NEW HOLLAND, LIBRELATO, MITSUBISHI e SUZUKI, entre outras, que consolida nosso trabalho há mais de 30 anos.
A ADEMICON atualmente possui 201 grupos em andamento, com 305.406 cotas ativas. No ano de 2024, a ADEMICON registrou o resultado
líquido de R\$ 295,0 milhões, e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 102,0 milhões. O ano de 2024 foi marcado pelo atingimen-
to do recorde de venda da história da ADEMICON, totalizando um volume de R\$ 27,3 bilhões, que representa 46,7% do crescimento com rela-
ção ao mesmo período do ano anterior. O destaque principal do ano foi para o recorde em vendas nos segmentos de imóveis e veículos, que
atingiram respectivamente 58,2% e 47,7% ante 2023, em virtude do impulsionamento das vendas na Rede Ademicon. Também se destaca pos-
sivelmente o crescimento de 28,8% YoY no segmento de CaaS digital, decorrente do sucesso atingido em conjunto com os parceiros comerciais.
O ano foi marcado por uma série de iniciativas de promoção do produto consórcio e da Ademicon, dentre elas, a consolidação da marca como
uma parcerias estratégica do agronegócio, promovendo o consórcio como uma solução financeira eficiente para investimentos no setor. Houve
participações em dezenas de feiras nacionais, dentre elas a Agrishow, Show Rural, Bahia Farm e Expoiner, além do investimento em marketing
voltado ao mercado do agronegócio, por meio da participação de representantes da Companhia em podcasts e notícias sobre o tema.
Também se destaca a participação no BBB24, programa de maior audiência televisiva no Brasil, veiculação da campanha "Crédito ou investi-
mento?" em diversas canais de expressão racional, como Globo (Esporte Espetacular), SBT (Champions League) e ESPN (Jornal do Passado e
torneios de fôute), além da presença em eventos esportivos de grande audiência (Copa Truck e TCR) e patrocínio nos mais diversos esportes.
O ano de 2024, foi também marcado pela consolidação de parcerias estratégicas junto a grandes instituições para comercialização do produto
ADEMICON. Foram 3 parcerias CaaS fechadas no decorrer do ano (DIGI+, Palmeiras e Genial Investimentos), com o objetivo de expandir ainda
mais a aversão de crescimento da empresa voltada à personalização da experiência do produto consórcio, por meio de grandes nomes no
mercado. A Companhia também firmou um contrato de patrocínio com o time feminino do Palmeiras, além de renovar o patrocínio com o

São Paulo FC - com vencimento previsto ainda em 2024, agora com nova vigência do contrato até 2030.
A seguir, tem-se os principais destaques financeiros e operacionais do exercício:



Sem mais, agradecemos aos nossos clientes concordados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstradas; ao nosso contro-
lador, a ADEMICON Holding S.A. e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compro-
missão com que conduzem suas atividades à estratégia do negócio da Administradora.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
Curitiba, 22 de abril de 2025
Os Administradores

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais					
ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	1º de janeiro de 2023	
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
Circulante					
Disponibilidades	8	2.281	3.380	355	
Ativos financeiros	9	150.478	97.967	80.103	
Instrumentos financeiros	9.1	54.805	41.155	55.701	
Outros ativos financeiros	9.2	95.673	56.812	24.402	
Ativos fiscais	10	8.741	14.367	-	
Outros créditos	11	9.692	8.440	6.123	
Adiantamentos	11.1	9.692	8.440	5.123	
Total do ativo circulante		171.190	124.154	86.581	
Não circulante					
Ativos financeiros	9	825.932	459.929	229.451	
Instrumentos financeiros	9.1	41.937	20.300	11.979	
Outros ativos financeiros	9.2	801.696	458.331	217.472	
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.2	(16.701)	(18.702)	-	
Outros valores e bens	12	23.018	21.333	24.939	
Ativos fiscais	10	61.140	40.981	19.920	
Outros créditos	13	3.405	2.996	466	
Diversos		3.405	2.996	466	
Total do ativo não circulante		914.495	525.229	274.776	
Permanente					
Imobilizado		7.482	5.239	3.484	
Imobilizado de uso	13.1	14.552	11.122	8.594	
(-) Depreciação acumulada		(7.070)	(5.883)	(5.110)	
Intangível		31.570	30.901	32.548	
Intangível	13.2	36.750	33.398	33.065	
(-) Amortização acumulada		(5.180)	(2.497)	(517)	
Total do ativo permanente		39.052	36.140	36.032	
TOTAL DO ATIVO		1.124.737	685.533	397.389	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo original em 1º de janeiro de 2023	27.977	5.595	65.598	-	99.570
Ajustes do saldo inicial	-	-	307	-	307
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023 (Reapresentado Nota 2.6)	27.977	5.595	66.305	-	99.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	192.792	192.792
Distribuição de dividendos	-	-	(65.998)	(171.267)	(237.265)
Reserva de lucros	-	-	21.525	(21.525)	-
Em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado Nota 2.6)	27.977	5.595	21.832	-	55.404
Lucro líquido do período	-	-	-	295.056	295.056
Distribuição de dividendos	-	-	-	(248.430)	(248.430)
Reserva de lucros	-	-	46.626	(46.626)	-
Em 31 de dezembro de 2024	27.977	5.595	21.832	87.318	142.722
Saldo original em 30 de junho de 2024	27.977	5.595	66.458	-	100.030
Ajustes do saldo inicial do semestre	-	-	-	(11.731)	(11.731)
Saldo em 30 de junho de 2024	27.977	5.595	21.832	75.587	130.991
Lucro líquido do período	-	-	-	192.617	192.617
Distribuição de dividendos	-	-	-	(221.578)	(221.578)
Reserva de lucros	-	-	46.626	(46.626)	-
Em 31 de dezembro de 2024	27.977	5.595	21.832	102.030	157.434

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais					
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			Circulante		
Depósitos Bancários	5.645	2.719	Obrigações com Consorciados	3.131.907	2.493.727
Aplicações Financeiras	1.379.863	992.818	Valores a Receber	90.409	68.073
Bens Retornados ou Devolvidos	13.245	7.554	Obrigações por Contingências a Entregar	1.243.145	921.652
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	3.979.933	3.145.079	Recursos a Devolver a Consorciados	730.601	537.214
Total do Ativo Circulante	5.378.686	4.148.170	Recursos do Grupo	179.624	127.503
Compensação			Total do Passivo Circulante	5.378.686	4.148.109
Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	194.374	163.991	Compensação		
Contribuições Devidas ao Grupo	49.078.015	33.361.321	Recursos Mensais a Receber de Consorciados	194.374	163.991
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	48.122.398	32.621.509	Obrigações do Grupo por Contribuições	49.078.015	33.361.322
Total da Compensação Ativa	97.294.787	66.146.821	Bens ou Serviços a Contemplar - Valor	48.122.398	32.621.509
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO	102.773.473	70.294.991	Total da Compensação Passiva	97.294.787	66.146.821
			TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	102.773.473	70.294.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. ("ADEMICON" ou "Companhia"), constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade Curitiba - Paraná, tem por objetivo a exploração do ramo de administração de grupos de consórcios de bens imóveis, veículos leves e pesados e outros, mediante a captação de poupança popular na sistemática de consórcio, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971. A ADEMICON surgiu a partir da fusão da ADEMILAR Administradora de Consórcios S.A., e da CONSEG Administradora de Consórcios S.A., pela sinergia e complementaridade das atividades, visto que ambas as empresas eram administradoras de consórcio, sendo a primeira focada em consórcio do investimento imobiliário e a última, administradora de consórcio focada em veículos leves e pesados, posicionando, assim, a ADEMICON no mercado como a maior administradora independente de consórcios do Brasil em ativos administrados. O processo de fusão foi concluído em 29 de novembro de 2021, quando então a ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. passou a ser controlada pela ADEMICON Participações S.A. Após um processo de incorporação reversa de sua acionista controladora (Ademicon Participações S.A.), em dezembro de 2022, foi feita a contribuição de ações da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A. na ADEMICON Holding S.A. que passou então a deter 100% de participação no capital social da ADEMICON Administradora de Consórcios S.A.

2. BASES DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), específicas para as administradoras de consórcios, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis. Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna semestre representa os valores coletados e utilizados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22 de abril de 2025.

2.2 Declaração de continuidade: A ADEMICON apresenta, ao final do exercício, um saldo negativo de Capital Circulante Líquido (CCL), o que pode gerar questionamentos em relação à sua capacidade de continuidade operacional de curto prazo. Dado seu histórico de geração de caixa operacional positivo e as projeções de fluxo de caixa, a Administração conclui que, apesar desse saldo negativo, a ADEMICON possui recursos adequados e estratégias eficazes para atender suas obrigações de curto prazo e seguir com suas atividades operacionais, não havendo, portanto, riscos substanciais para sua continuidade operacional. **2.3 Moeda funcional, de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da ADEMICON é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são converti-

dos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do semestre conforme o regime de competência. **2.4 Pronunciamentos técnicos aprovados pelo Banco Central:** O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil aprovaram os seguintes pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), observados integralmente pela ADEMICON, sempre que aplicável:

PRONUNCIAMENTO CPC

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro
CPC 24 - Evento Subsequente
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26 - Propriedade para Investimento
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
CPC 41 - Resultado por Ação
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

RESOLUÇÃO

Resolução BCB nº 120/2021
Resolução BCB nº 120/2021
Resolução BCB nº 2/2020
Resolução BCB nº 2/2020
Resolução BCB nº 8/2020

Resolução BCB nº 120/2021
Resolução BCB nº 2/2020

Resolução BCB nº 9/2020
Resolução BCB nº 170/2021
Resolução BCB nº 59/2020
Resolução BCB nº 2/2020
Resolução BCB nº 120/2021
Resolução BCB nº 120/2021

2.5 Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos subsequentes: Resolução BCB nº 397, 30/07/2024; Altera a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a delimitação de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciamento de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, quanto ao art. 2º e em 1º de agosto de 2024, quanto aos demais dispositivos. Resolução BCB nº 396, 12/06/2024; Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - Contábil para administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
	Nota	2024	Reapresentado Nota 2.6
Receitas da Intermediação Financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.047	9.070
Resultado da Intermediação Financeira		5.047	9.070
Outras receitas/Despesas Operacionais			
Receita de prestação de serviços	20	498.151	879.019
Despesas com pessoal	21	(31.745)	(58.688)
Despesas administrativas	22	(181.144)	(373.191)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(772)	(9.193)
Provisões			
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		471	2.001
Resultado antes dos impostos e participações		290.008	449.018
Imposto de renda e contribuição social corrente	24.a	(51.837)	(81.937)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.b	(40.903)	(63.599)
Participação nos lucros	25	(4.654)	(8.426)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		192.617	295.056
Lucro líquido por lote de mil ações		19,37	29,50
Quantidade de ações no período		9.844.920	9.844.920

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º Semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
	2024	2024	Reapresentado Nota 2.6
Lucro líquido do período	192.617	295.056	192.792
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	192.617	295.056	192.792

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
	2024	2024	Reapresentado Nota 2.6
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício/período	192.617	295.056	192.790
Ajustado por:			
Impostos e contribuições diferidos ativos	(8.190)	(20.159)	(21.060)
Impostos e contribuições diferidos passivos	40.899	63.599	31.571
Depreciação e amortização	1.979	3.840	2.753
Variação cambial	11.932	22.943	(700)
Juros provisionados	3.756	6.922	-
Resultado com instrumentos derivativos	(15.207)	(21.966)	1.972
Imposto de renda e contribuição social	51.837	81.937	67.005
Provisão para contingências	114	697	3.813
Provisão para participação nos lucros	5.076	8.849	7.000
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.440)	(2.001)	4.136
Outras provisões	(6.296)	(1.437)	8.096
Variações nos ativos e passivos			
Instrumentos financeiros	(12.781)	(25.700)	6.225
Instrumentos financeiros	8.942	10.308	-
Outros ativos financeiros	(218.979)	(382.224)	(259.424)
Ativos fiscais e outros créditos	(8.744)	2.280	(11.795)
Fiscais e previdenciárias	703	2.035	1.309
Passivos financeiros	80.804	184.823	183.491
Recursos não procurados	(57)	1	(36)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.242)	(68.622)	(68.317)
Outras obrigações	(4.296)	15.616	(22.113)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	84.527	176.898	126.676
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições/baixas de imobilizado/intangível	(9.025)	(11.382)	(8.386)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(9.025)	(11.382)	(8.386)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação (pagamento) de empréstimos bancários	147.906	81.815	120.000
Distribuição de Dividendos	(221.578)	(248.430)	(237.265)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(73.672)	(166.615)	(117.265)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.830	(1.099)	3.025
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	451	3.380	365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	2.281	2.281	3.380
Variação das disponibilidades	1.830	(1.099)	3.025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS - EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

	Em milhares de reais			
	2º semestre			
Disponibilidades no início do Período	2024	31/12/2024	31/12/2023	Acumulado
Depósitos Bancários	3.284	1.284	559	-
Aplicações Financeiras do Grupo	69.972	21.793	60.540	-
Aplicações financeiras Vinculadas a Contemplações	1.141.094	519.662	697.549	-
Total	1.214.350	542.739	758.648	
(+) Recursos Coletados				
Contribuições para Aquisição de Bens	1.644.033	3.102.067	2.507.131	11.004.507
Taxa de Administração	597.644	1.090.542	789.849	3.750.190
Contribuições ao Fundo de Reserva	10.566	19.911	17.278	67.414
Rembolsos de Aplicações Financeiras	53.254	98.717	81.877	293.092
Multas e Juros Moratórios	2.504	4.624	3.632	13.615
Prêmios de Seguros	5.806	10.853	8.451	49.698
Custas Judiciais	3.856	6.994	4.590	9.736
Reembolso de Despesas de Registro	79	443	1.874	245
Outros	14.735	22.530	6.628	21.241
Total	2.332.477	4.356.681	3.421.310	15.206.738
(-) Recursos Utilizados				
Aquisição de Bens	(1.521.245)	(2.807.015)	(2.330.621)	(9.955.395)
Taxa de Administração	(604.144)	(1.098.728)	(792.649)	(3.749.807)
Multas e Juros Moratórios	(1.224)	(2.332)	(1.730)	(6.697)
Prêmios de Seguros	(5.701)	(10.379)	(8.335)	(48.355)
Custas Judiciais	(3.856)	(7.057)	(5.595)	(9.716)
Devolução a Consorciados Designados	(11.145)	(22.186)	(21.643)	(30.069)
Despesas de Registro de Contrato	(79)	(302)	(1.842)	(103)
Outros	(13.923)	(18.732)	(22.107)	(15.093)
Total	(2.161.317)	(3.966.179)	(3.184.522)	(13.824.236)
Disponibilidades no fim do Período				
Caixa e Equivalente à Caixa	5.645	5.645	2.719	5.645
Aplicações Financeiras do Grupo	136.718	136.718	71.166	136.718
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	1.243.145	1.243.145	921.652	1.243.145
Total	1.385.508	1.385.508	995.537	1.385.508

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

de contas do Cosaf a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2030, no que se refere ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021; e ao art. 2º, caput, inciso I, alínea "a", em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e III, e em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos. **Resolução BCB nº 178, 19/01/2022:** Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. **Resolução BCB nº 391, 12/06/2024:** Altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entrou em vigor em 1º de julho de 2024. **Resolução BCB nº 435 de 28/11/2024:** Altera a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Administração da ADEMICON está procedendo a análise quanto aos impactos dessas alterações sobre suas operações, e fará a adequação à medida em que for identificada sua aplicabilidade. Não há outras normas ou resoluções com impactos materiais sobre as demonstrações financeiras da ADEMICON. **2.5.1 Efeitos decorrentes da adoção de novas normas contábeis:** A Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 (alterada pela Resolução BCB nº 397 de 3 de julho de 2024), que incorporou os conceitos do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, estabeleceu os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas administradoras de consórcios. A adoção da referida norma será aplicada prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2025, e as diferenças apuradas entre os valores contábeis de ativos e passivos decorrentes de sua aplicação, serão reconhecidas em conta de reserva de lucros nesta data, líquido dos respectivos impactos fiscais, quando aplicável. Os principais impactos estimados da adoção inicial dessa norma, para ADEMICON, estão relacionados aos efeitos esperados pela adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Para fins de mensuração da provisão, foram considerados os seguintes parâmetros: • Classificação dos ativos financeiros com base no modelo de negócios para gestão desses ativos; • Alocação dos ativos financeiros em estágios, considerando se ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito ou com aumento significativo no risco de crédito; • Classificação dos ativos financeiros por cartéis. De acordo com o Art. 50 da Resolução, a ADEMICON está sujeita a aplicação da metodologia simplificada pois não se enquadra como integrante de conglomerado prudencial enquadrado nos segmentos 1 (S1), 2 (S2) e 3 (S3), assim, a provisão é calculada aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II da Resolução, com base no período de atraso, demonstrados a seguir: Atrás até 90 dias:

Período de atraso em dias	Período de atraso em meses	% de provisão por carteira	
		C1	C2
0 a 14 dias	0	1,4%	1,4%
15 a 30 dias	1	3,5%	3,5%
31 a 60 dias	2	4,5%	6,0%
61 a 90 dias	3	5,0%	17,0%
Atrás superior a 90 dias:			

Período de atraso	Meses após 90 dias de atraso	% de provisão por carteira	
		C1	C2
De 90 dias a 4 meses	Até 1 mês	10,0%	33,4%
De 4 a 5 meses	1 a 2 meses	14,5%	36,8%
De 5 a 6 meses	2 a 3 meses	19,0%	40,2%
De 6 a 7 meses	3 a 4 meses	23,5%	43,6%
De 7 a 8 meses	4 a 5 meses	28,0%	47,0%
De 8 a 9 meses	5 a 6 meses	32,5%	50,4%
De 9 a 10 meses	6 a 7 meses	37,0%	53,8%
De 10 a 11 meses	7 a 8 meses	41,5%	57,2%
De 11 a 12 meses	8 a 9 meses	46,0%	60,6%
De 12 a 13 meses	9 a 10 meses	50,5%	64,0%
De 13 a 14 meses	10 a 11 meses	55,0%	67,4%
De 14 a 15 meses	11 a 12 meses	59,5%	70,8%
De 15 a 16 meses	12 a 13 meses	64,0%	74,2%
De 16 a 17 meses	13 a 14 meses	68,5%	77,6%
De 17 a 18 meses	14 a 15 meses	73,0%	81,0%
De 18 a 19 meses	15 a 16 meses	77,5%	84,4%
De 19 a 20 meses	16 a 17 meses	82,0%	87,8%
De 20 a 21 meses	17 a 18 meses	86,5%	91,2%
De 21 a 22 meses	18 a 19 meses	91,0%	94,6%
De 22 a 23 meses	19 a 20 meses	95,5%	98,0%
23 meses ou mais	20 meses ou mais	100,0%	100,0%

O efeito da adoção do modelo simplificado para estimativa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde ao um incremento de aproximadamente 200% sobre o saldo da provisão para perdas de taxa de administração registrada em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deve-se à mudança nas premissas utilizadas, visto que até dezembro de 2024, a provisão para perdas era constituída a proporção de 17% sobre o total do saldo em aberto, parcela em que a Administração avalia que o risco de perda é significativo. Essa premissa tem como base o acompanhamento periódico dos processos de cobrança, que demonstra que cerca de 55% do saldo inadimplente é recuperado em um período inferior a dois anos. Com a aplicação do modelo disposto no Anexo da Resolução, a provisão passa a ser constituída a partir da data de vencimento de todos os títulos em aberto na data-base. Em relação a provisão para perdas de empréstimos a grupos encorados, o incremento sobre o saldo do provisão registrado em 31 de dezembro de 2024 é de aproximadamente 10%. Por se tratar de operações de maior prazo de recuperação, já há provisão constituída para aproximadamente 90% do saldo em aberto destas operações. Os efeitos iniciais da aplicação da Resolução serão reconhecidos em conta de Reserva de Lucros, no Patrimônio Líquido. **2.6 Representação das cifras comparativas: 2.6.1 Taxas de administração e Comissões:** A Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, em vigor desde 1º/01/2022, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidencição contábeis pelas administradoras de consórcio e inclui o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, na relação de pronunciamentos Técnicos a serem observados pelas Administradoras no reconhecimento da receita. Dessa forma, a receita que até 31/12/2021 era reconhecida pelo Regime de Caixa, a partir de 1º/01/2022 passou a ser reconhecida pelo Regime de Competência, ao longo do prazo dos contratos. A mesma sistematização passou a ser aplicada também para as despesas com comissões. Para atender ao disposto na Resolução, a Administração elaborou uma Política de Reconhecimento da Receita, e desenvolveu internamente uma ferramenta responsável pelo processamento das informações para registro e apropriação da receita e das despesas de comissão com base nas novas premissas. A partir de janeiro de 2024, essa ferramenta passou por um processo detalhado de revisão e consequente aprimoramento, que resultou na implementação de novos parâmetros, permitindo assim um maior nível de detalhamento da movimentação financeira e controle dos saldos contábeis. Esses parâmetros foram ajustados, e reprocessados os cálculos da receita com taxa de administração e despesas com comissões para o exercício de 2023, e, em decorrência disso, foi identificada a necessidade de ajustes nos saldos contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. **2.6.2 Impostos Diferidos:** Com a mudança no critério de reconhecimento das receitas, as bases de cálculo dos impostos e contribuições incidentes sobre a receita (PIS, COFINS e ISS) e sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social) passaram a gerar impostos diferidos decorrentes da diferença temporária entre caixa e competência. Os impostos diferidos representam diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais dos ativos e passivos, que resultarão em tributos a pagar ou a recuperar no futuro, e para garantir que os demonstrativos contábeis apresentem uma visão consistente da sua situação econômica e tributária ao longo do tempo, passou a constituir ativos e passivos diferidos sobre estas diferenças. Os impostos diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas de 1,65% (PIS), 7,60% (COFINS) e 2% (ISS) sobre a diferença entre a base de cálculo (Faturamento) e a receita bruta reconhecida pelo regime de competência, e os passivos diferidos pela aplicação das alíquotas de 25% (Imposto de Renda) e 9% (Contribuição Social) sobre as diferenças temporárias apuradas entre as receitas e despesas incorridas (regime de caixa) e as registradas segundo o regime de competência. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativas e reificação de erro, os ajustes para fins de correção de erro sobre as cifras comparativas foram registrados diretamente nas contas de acordo com a sua natureza e, portanto, as demonstrações financeiras correspondentes aos períodos comparativos estão sendo rerepresentadas.

Balanco Patrimonial			
Ajustes do saldo inicial:			
Ativo	1º de janeiro de 2023		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante	86.581	-	86.581
Não circulante			
Ativos Fiscais	-	19.920	19.920
Total do ativo não circulante	254.856	19.920	274.776
Permanente	36.032	-	36.032
Total do Ativo	377.469	19.920	397.389
Passivo e patrimônio líquido			
	Original	Ajustes	Reapresentado
Passivo Circulante	114.244	-	114.244
Passivo Não circulante			
Impostos Diferidos	-	19.613	19.613
Total passivo não circulante	163.855	19.613	183.468
Total do passivo	277.899	19.613	297.512
Patrimônio líquido	99.570	307	99.877
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	377.469	19.920	397.389
31 de dezembro de 2023			
Ativo	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante			
Ativos financeiros	108.951	(10.984)	97.967
Outros ativos financeiros	67.790	(10.984)	56.812
Taxa de administração a receber	26.258	(15.735)	10.523
Comissão a apropriar	41.538	4.751	46.289
Total do ativo circulante	135.138	(10.984)	124.154
Não circulante			
Ativos financeiros	467.713	-	467.713
Outros ativos financeiros	466.115	(7.784)	458.331
Comissão a apropriar	450.556	(7.784)	442.774
Ativos Fiscais	-	40.981	40.981
Total do ativo não circulante	462.043	33.197	525.240
Permanente	36.139	-	36.139
Total do Ativo	663.320	22.213	685.533

Passivo e patrimônio líquido
Passivo
Circulante
Passivos financeiros
Taxa administrativa a apropriar
Total do passivo circulante
Não circulante
Passivos financeiros
Taxa administrativa a apropriar
Impostos Diferidos
Total passivo não circulante
Total do passivo
Patrimônio líquido
Total do Passivo e Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado		
Receitas da Intermediação Financeira		
Outras receitas/Despesas Operacionais		
Receita de prestação de serviços	586.006	(11.570)
Despesas administrativas	(250.838)	(3.032)
Comissões	(108.928)	(3.033)
	306.440	(14.603)

Exercício findo em 31 de dezembro			
Original	Ajustes	Reapresentado	
Provisões			
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(5.471)	-	(5.471)
Resultado antes dos impostos e participações	312.971	(14.603)	298.368
Imposto de renda e contribuição social correntes	(67.005)	-	(67.005)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(31.571)	(31.571)
Participação nos lucros	(7.005)	-	(7.005)
Lucro Líquido do Exercício	238.966	(46.174)	192.792
Lucro líquido por lote de mil ações	24.27	-	24.27
Quantidade de ações no período	9.844.920	-	9.844.920

Demonstração do Resultado Abrangente			
Lucro líquido do período	238.966	(46.174)	192.792
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	238.966	(46.174)	192.792

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
Saldo original em 1º de janeiro de 2023				
Ajustes do saldo inicial	27.977	5.595	65.996	-
Saldo inicial reapresentado em 1º de janeiro de 2023	27.977	5.595	65.996	-
Saldo original em 31 de dezembro de 2023	27.977	5.595	67.700	-
Ajustes do exercício	-	-	(45.868)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 reapresentado	27.977	5.595	21.832	-
Saldo original em 30 de junho de 2024	27.977	5.595	21.832	87.318
Ajustes do semestre	-	-	-	(11.731)
Saldo em 30 de junho de 2024 reapresentado	27.977	5.595	21.832	75.587

(-) Refere-se ao ajuste dos impostos diferidos descritos na nota 2.6.2

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
Lucro líquido do período				
Ajustado por:				
Impostos e contribuições diferidos ativos	-	(21.060)	-	-
Impostos e contribuições diferidos passivos	-	31.571	-	31.571
Variações nos ativos e passivos				
Outros ativos financeiros	(278.194)	18.768	-	(259.426)
Passivos financeiros	165.506	16.895	-	182.401
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	126.676	-	-	126.676
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	(6.386)	-	-	(6.386)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	(117.285)	-	-	(117.285)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.005	-	-	3.005
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	355	-	-	355
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.360	-	-	3.360
Variação da disponibilidade	3.005	-	-	3.005

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e controladas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes: **3.1 ADMINISTRADORA: 3.1.1 Disponibilidades:** Representadas por caixa e equivalentes de caixa. Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.1.2 Ativos financeiros:** 3.1.2.1 Instrumentos financeiros: Correspondem a títulos e valores mobiliários adquiridos, que devem ser registrados pelo valor efetivamente pago e classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e será determinada no reconhecimento inicial. Conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, são classificados nas seguintes categorias: a) Títulos para negociação: devem ser classificados nessa categoria aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados; b) Títulos mantidos até o vencimento: devem ser classificados nessa categoria aqueles títulos e valores mobiliários, exceto aqueles não registráveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento; c) Títulos disponíveis para venda: devem ser classificados nessa categoria aqueles que não enquadrados nas categorias descritas anteriormente. Os instrumentos financeiros mantidos pela ADEMICON em 31 de dezembro de 2024 estão representados por cotas de fundos de investimento, títulos de renda fixa, debênturas e derivativo financeiro (Swap), classificados de acordo com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil. 3.1.2.2 Outros ativos financeiros: São instrumentos que podem ser apresentados como direito contratual de receber caixa ou equivalente, direito de receber outro ativo financeiro ou trocar um instrumento financeiro com outra entidade em condições potencialmente favoráveis, ou ainda, receber instrumentos de capital da própria entidade. Em 31 de dezembro de 2024 outros ativos financeiros mantidos pela ADEMICON estão representados pelos saldos da taxa de administração a receber (Nota 3.1.10), cotas comercializadas a receber e comissões a apropriar (Nota 3.1.11). Se o prazo de recebimento destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **3.1.3 Outros créditos:** Representam direitos a receber que não são provenientes da prestação de serviços de administração de grupos de consórcio. Esses saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo das transações, deduzido das provisões para perdas calculadas, quando aplicável. Se o prazo de recebimento destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **3.1.4 Imobilizado e Intangível:** 3.1.4.1 Imobilizado: São registrados no ativo imobilizado de uso os bens tangíveis próprios e os benefícios realizados em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Os ativos imobilizados de uso devem ser reconhecidos pelo valor de custo, que compreende: a) O preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra; b) Os demais custos diretamente atribuíveis, necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento; c) A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos quando da aquisição do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear, a partir de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado de acordo com a categoria, características e uso dos bens. 3.1.4.2 Intangível: São registrados no ativo intangível, ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela entidade, destinados à sua manutenção ou exercício com essa finalidade: a) Ativo não monetário: que não seja representado por unidades de moeda mantidas em caixa e que não possa ser recebido em um número fixo ou determinado de unidades de moeda; b) Ativo identificável: o qual possa ser separado da instituição e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou juntamente com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela instituição; ou (ii) Que resulte de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da instituição ou de outros direitos e obrigações; e c) Ativo desenvolvido: resulta da aplicação dos resultados de pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto que vise à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso. **3.1.5 Passivos financeiros:** São considerados passivos financeiros: a) Obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro para outra entidade ou trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis à própria entidade; b) Contrato a ser ou que possa ser liquidado com instrumento de capital próprio da entidade e que seja instrumento financeiro não-derivativo para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da entidade; ou instrumento financeiro derivativo a ser ou que possa ser liquidado por outra forma que não pela troca de um valor fixo em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumento de capital próprio da entidade. Em 31 de dezembro de 2024 passivos financeiros mantidos pela ADEMICON estão representados pelos saldos de taxas de administração a apropriar (Nota 3.1.10). Se o prazo de realização destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no passivo circulante, caso contrário serão apresentados no passivo não circulante. **3.1.6 Outros passivos:** Representam demais obrigações da Entidade, reconhecidas inicialmente pelo valor justo das transações, acrescidas de encargos financeiros, quando aplicável. Se o prazo de liquidação destes saldos for equivalente a um ano (12 meses) ou menos, serão classificados no passivo circulante, caso contrário serão apresentados no passivo não circulante. **3.1.7 Imposto de renda e contribuição social:** **Comissão:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 mil no ano (R\$ 120 mil no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos no resultado do período e apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base. **Alíquotas:** Calculadas às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição sobre diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre regras fiscais e contábeis. Essas diferenças referem-se principalmente ao reconhecimento da receita pelo regime de competência e provisões registradas no balanço patrimonial. **3.1.8 Outros impostos e contribuições incidentes:** **Comissão:** Sobre a receita bruta incidem as contribuições de PIS e COFINS, calculadas às alíquotas de 1,65% para o PIS, e 7,60% para COFINS, além

do imposto sobre serviços - ISS, calculado à alíquota de 2% devido a regime tributário especial do programa Recuperação, previsto na lei complementar nº 64/2007, e regulado pelo decreto nº 310/2008, firmado junto a Prefeitura Municipal da cidade de Curitiba. **Alíquotas:** Os impostos e contribuições diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas de 1,65% (PIS), 7,60% (COFINS) e 2% (ISS) sobre a diferença entre a base de cálculo (faturamento) e a receita bruta reconhecida pelo regime de competência. **3.1.9 Apuração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. **3.1.10 Receita de taxa de administração:** É a remuneração paga à administradora pelos serviços prestados na gestão do grupo de consórcio, de forma a garantir que todos tenham acesso aos bens contratados. Até 31 de dezembro de 2021 a taxa de administração dos grupos de consórcio era reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas (regime de caixa), conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.361/1993 do Banco Central do Brasil, revogado, a partir de 1º de janeiro de 2022, pela Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021, determinando a adoção prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022 do Pronunciamento Técnico CPC 47. De acordo com o CPC 47, o contrato com o cliente deve ser registrado apenas quando cumpridos os seguintes critérios: (a) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (b) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; (c) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (d) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espere-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e (e) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual a entidade tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço. Tendo em vista as especificidades da relação de receitas e serviços existentes entre as partes, levando-se em consideração as condições dos consorciados contemplados e não contemplados, destaca-se uma maior concentração de serviços e na cobrança da taxa de administração no período inicial do contrato, até sua contemplação. Após a contemplação, a relação jurídica entre Administradora e consorciado sofre alteração, assim como a relação de serviços prestados pelas Administradoras, o que faz com que a apropriação do saldo devedor da taxa de administração passe a ser feita de forma linear, ao longo do prazo remanescente do contrato. Assim, a parcela normal da taxa de administração, cobrada pela prestação de serviços no curso normal do contrato será reconhecida como receita de acordo com a sua competência, em contrapartida a conta do ativo circulante (taxa de administração a receber). A taxa de administração recebida antecipadamente em função da maior concentração de custos no início do contrato e por anos, será registrada em conta do passivo (taxa de administração a apropriar), segregadas as parcelas de curto e longo prazo (circulante e não circulante), e reconhecida linearmente no resultado, de acordo com o prazo restante dos contratos. **3.1.11 Despesa com comissões:** Comissões são as contraprestações pagas pela administradora pelas vendas de cotas de consórcio. Da mesma forma, até 31 de dezembro de 2021 as despesas com comissão eram apropriadas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas (regime de caixa). A Instrução normativa BCB nº 187, 26/11/2021 revogou a exigência do reconhecimento das despesas de comissão de venda de quotas de consórcio no resultado quando da realização da venda, conforme definido pela Carta Circular nº 2.508/1995, passando então a serem reconhecidas pelo regime de competência, observando o disposto no CPC 47. Dessa forma, as comissões, vinculadas ao pagamento das parcelas pelos consorciados, é registrada em conta do ativo (comissões a apropriar), segregadas as parcelas de curto e longo prazo (circulante e não circulante), e reconhecidas linearmente no resultado, de acordo com o prazo restante dos contratos. **3.1.12 Redução ao valor recuperável de ativos:** O ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável, se essa condição estiver presente, a entidade deve fazer uma estimativa formal do valor recuperável. A entidade deve avaliar, no mínimo ao final de cada exercício, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. A administração da ADEMICON avalia, para a data-base, indicadores de que seus ativos possam ter sofrido desvalorizações, os quais não foram identificados, dessa forma, julgou-se não ser necessária a aplicação de teste de recuperabilidade. **3.1.13 Reserva Legal:** É constituída na proporção de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **3.1.14 Resultados não reconhecidos:** Resultados não reconhecidos correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja provisão que ocorram no futuro. Para os exercícios e semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração da ADEMICON concluiu que não foram apurados resultados não reconhecidos, sendo o resultado do exercício de R\$ 347.917 (R\$ 203.302 em 31 de dezembro de 2023) oriundo de eventos reconhecidos da ADEMICON. **3.2 GRUPOS DE CONSÓRCIO: 3.2.1 Disponibilidades e aplicações financeiras:** Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação direta segundo determinações das Circulares nº 3.432 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diretamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração. **3.2.2 Direitos dos consorciados contemplados:** Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens vigente no mês. **3.2.3 Provisão mensal de recursos a receber consorciados:** Refere-se à provisão de arrecadação de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atras

Posição das operações de consórcio

	31/12/2024	31/12/2023
Número de grupos administrados	201	163
Quantidade de bens pendentes de entrega	11.434	6.891
Quantidade de bens entregues no período	5.442	10.720
Quantidade total de bens entregues de grupos em andamento	44.764	91.950
Total de consorciados ativos - quantidade	305.406	208.180
Contratos quitados	11.194	11.236
Contratos não quitados	294.212	219.416
Total de consorciados excluídos - quantidade	194.533	138.525
Taxa de inadimplência	14,36%	14,88%
Inadimplências	43.851	30.982
Contempladas	56.196	44.050

7.2 Taxa de administração arrecadada: A taxa de administração média arrecadada (em percentual) nos grupos de consórcios está demonstrada conforme a seguinte tabela:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	23,7%	23,5%
Veículos pesados	13,9%	13,8%
Veículos leves	14,7%	14,5%
Motocicletas e Motonetes	23,2%	0,0%
Outros	23,0%	23,0%

7.3 Taxa de administração futura: Valor da Taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

R\$ mil	31/12/2024	31/12/2023
Consortiados contemplados/não contemplados	8.963.297	6.015.297

8. DISPONIBILIDADES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	3	3
Bancos - conta corrente (i)	2.278	3.377
Total	2.281	3.380

(i) Os saldos mantidos em contas correntes bancárias estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Banco Bradesco	2.094	3.021
Caixa Econômica Federal	1	345
Banco Itaú	183	11
Total	2.278	3.377

9. ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2024	Reapresentado Nota 2.6	31/12/2023
Ativo circulante			
Instrumentos financeiros	54.805	41.155	
Outros ativos financeiros	95.671	56.812	
Total	150.476	97.967	
Ativo não circulante			
Instrumentos financeiros	41.937	20.300	
Outros ativos financeiros	801.696	458.331	
(-) Provisão para perdas no recebimento de crédito	(16.701)	(18.702)	
Total	826.932	459.929	

9.1 Instrumentos financeiros: a) Posição dos instrumentos financeiros:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Cotas de fundos de investimentos	30.967	40.416
Títulos de renda fixa	14.252	739
Instrumentos financeiros derivativos (9.1.1)	9.586	-
Total	54.805	41.155
Ativo não circulante		
Debenture	41.937	20.300
Total	41.937	20.300

b) Classificação por categoria e prazo:

31 de dezembro de 2024							
	Quantidade	Valor	Sem vencimento	360 dias	720 dias	Acima de 720 dias	Total
Títulos para negociação							
Cotas de fundos de investimento (i)							
BRAD H FIRF REF DI CP	-	-	-	-	-	-	-
LP EXECUTIVO	1.531.168.5579	20.2693	30.967	-	-	-	30.967
Títulos de renda fixa (ii)							
CAIXA ECONOMICA FEDERAL							
FEDERAL	-	-	-	1.413	-	-	1.413
ITAU	-	-	-	7.787	-	-	7.787
PARANÁ BANCO	-	-	-	5.053	-	-	5.053
Total	-	-	-	14.252	-	-	14.252
Títulos mantidos até o vencimento							
Debenture (iii)							
ADEMICON	-	-	-	14.932	10.754	16.581	41.937
SECURITIZADORA	-	-	-	14.932	10.754	16.581	41.937
Total	-	-	-	14.932	10.754	16.581	41.937

O valor de mercado dos títulos públicos que compõem os fundos é correspondente ao preço dos ativos na IBO e indexados ao CDI. (ii) Rentabilidade média dos CDI's emitidos: Caixa Econômica Federal 95% do CDI, Banco Itaú 100% do CDI e XP Investimentos 105% do CDI. (iii) As Debêntures são privadas e não negociáveis, emitidas pela Ademicon Securitizadora, com rentabilidade média de 3,5% ao ano + CDI. 9.1.1 Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração da ADEMICON em utilizá-los como instrumento de proteção ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. A Administração da ADEMICON utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap cujo objeto de proteção são operações realizadas em moeda estrangeira. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação. Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, são ajustados a valor de mercado. As variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, conforme Circular nº 3.052/02, em contas do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, registrados e avaliados conforme movimentação demonstrada a seguir:

	Notional					
	Curva Juros					
	Curva CDI + USD/EURO	Curva Juros	Ajuste	Amortização (i)	Ganho na amortização (ii)	Saldo final
dez/23	120.585	119.887	(1.972)	-	-	(1.972)
jan/24	121.970	122.092	1.567	-	-	(405)
fev/24	123.071	122.487	(180)	-	-	(585)
mar/24	92.559	92.315	474	-	-	(111)
abr/24	93.446	94.671	1.225	-	-	1.114
mai/24	94.326	97.116	1.566	-	-	2.680
jun/24	63.032	68.343	2.521	(1.880)	3.321	-
jul/24	63.651	70.678	3.706	-	-	7.027
ago/24	64.269	71.713	416	-	-	7.443
set/24	32.218	34.688	(1.509)	(3.464)	2.470	-
out/24	32.552	36.543	1.521	-	-	3.991
nov/24	32.842	37.504	671	-	-	4.602
dez/24	221.906	231.493	9.586	(4.652)	9.586	-

(i) Ganho efetivo de variação positiva de Swap na amortização das parcelas. 9.2 Outros ativos financeiros

	31/12/2024	Reapresentado Nota 2.6	31/12/2023
Ativo circulante			
Taxa de administração a receber (i)	16.622	10.523	
Comissão a apropriar (ii)	79.049	46.289	
Total	95.671	56.812	
Ativo não circulante			
Comissão a apropriar (ii)	786.905	442.775	
Empréstimos a grupos encaixados (iii)	14.791	15.556	
Total	801.696	458.331	
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iv)	(16.701)	(18.702)	
Total	(16.701)	(18.702)	

(i) Refere-se a taxa de administração a receber, apurada segundo regime de competência, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. (ii) Refere-se ao diferimento das despesas com comissões, conforme disposições do CPC 47, cuja apropriação ocorre de acordo com o prazo do contrato junto ao cliente. (iii) Refere-se aos aportes (empréstimos) feitos pela Administradora para encaixamento do grupo, cuja amortização ocorre a medida em que os recursos vão sendo recebidos pelo grupo. A provisão para perdas no recebimento de créditos é mensurada observando-se os requisitos mínimos previstos na Resolução 2.682/99 do Banco Central. A seguir demonstramos a composição dos saldos por idade:

	Empré-	Valor	Pecú-	Pecú-	Provisão para perdas	Saldo após	Saldo
	timos	recu-	liquida	liquida	associadas ao	recuperação	liquido
	limo	perado	definitiva	definitiva	risco de crédito		
0 - 2 anos	1.606	590	-	1.048	(900)	116	-
3 - 5 anos	16.752	10.330	-	6.422	(6.096)	326	-
Mais de 5 anos	30.796	18.756	4.706	7.323	(6.944)	379	-
Total	49.154	29.646	4.706	14.791	(13.970)	821	-

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023		1.396
Novos empréstimos		489
(-) Valores recuperados		(1.254)
(-) Constituição do provisão para perdas no semestre		(1.156)
(+) Reversões da provisão para perdas		1.436
Em 31 de dezembro de 2024		821

(iv) Constituída a partir dos saldos de taxas de administração a receber e empréstimos a grupos encaixados, a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
PCE - taxa de administração a receber	(2.731)	(4.451)
PCE - empréstimos a grupos encaixados	(13.970)	(14.251)
Total	(16.701)	(18.702)

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023		(18.702)
(-) Provisões para perdas constituídas no exercício		(8.159)
(+) Reversões		10.190
Em 31 de dezembro de 2024		(16.701)

Dada a natureza da atividade econômica da ADEMICON, os processos de cobrança e recuperação de créditos tende a ser mais longo do que o comumente observado em outros segmentos de mercado.

10. ATIVOS FISCAIS

	31/12/2024	Reapresentado Nota 2.6	31/12/2023
Circulante			
IRRF sobre rendimentos financeiros	683	446	
IDF sobre aplicações financeiras	47	85	
Imposto de Renda e contribuição social a recuperar (i)	5.336	-	
PIS/COFINS a recuperar (ii)	-	11.160	
INSS a recuperar (iii)	2.676	2.676	
Total	8.741	14.367	
Não circulante			
PIS/COFINS diferidos (iv)	50.270	33.695	
ISS diferido (iv)	10.670	7.286	
Total	61.140	40.981	

(i) Refere-se a pagamento a realizado a maior no período de janeiro a junho de 2024. O saldo será compensado após o envio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), no mês de julho de 2025. (ii) Refere-se ao reconhecimento de créditos extintivos de PIS/COFINS relativos ao período dos últimos 5 anos, encerrado em 31 de dezembro de 2022, após conclusão de levantamentos realizados por consultoria especializada. Os créditos foram compensados entre os meses de agosto/2023 e março/2024. (iii) Refere-se ao reconhecimento de créditos previdenciários relacionados a limitação do "Sistema S" a 20 (vinte) salários-mínimos. Devido a mudança no posicionamento dos responsáveis pelo julgamento do tema, o aproveitamento do crédito foi suspenso, e a Administração da Companhia decidiu pela constituição de provisão para perda, dado o nível de incerteza quanto a realização do ativo correspondente ao valor do crédito, conforme demonstrado na nota explicativa 17 (i). (iv) Saldos constituídos sobre a diferença nas bases de cálculo, originada pela aplicação de política contábil - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, das receitas de prestação de serviços entre os regimes de caixa e competência.

11. OUTROS CRÉDITOS

11.1 Administradora

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento para despesas diversas (i)	931	1.168
Adiantamento para despesas com processos judiciais (ii)	3.436	1.755
Adiantamento Megadita (iii)	2.968	1.185
Adiantamento cartões de crédito - grupos (iv)	1.303	1.326
Adiantamento custos judiciais	-	681
Outros valores	1.054	2.325
Total	9.692	8.440

(i) São evidenciados nesta conta os pagamentos realizados antecipadamente a fornecedores de bens e serviços para manutenção e funcionamento das atividades operacionais da ADEMICON, cuja nota fiscal/documento/fatura será emitida após a conclusão/entrega dos bens e serviços. (ii) Refere-se a despesas relacionadas aos grupos como cobrança, processos de busca e apreensão, e outras da mesma natureza, em que a Ademicon faz o adiantamento dos valores ao grupo, os gastos são registrados, e na ocasião do pagamento da parcela pelo cliente o valor é reembolsado para Ademicon. (iii) São despesas da natureza não judicial relacionadas aos grupos, em que a Administradora faz o adiantamento dos valores ao grupo, os gastos são registrados, e na ocasião do pagamento da parcela pelo cliente o valor é reembolsado para Ademicon. (iv) São operações de vendas de quotas com pagamento via cartão de crédito, em que a administradora faz a antecipação do valor para o grupo até o repasse dos valores pela administradora de cartões, assim que o repasse é concluído, os valores são reembolsados para a administradora. 11.2 Grupos de consórcio (Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios): Refere-se aos valores a receber de consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens no exercício findo.

Direitos junto a consorciados contemplados

	31/12/2024	31/12/2023
Normas	3.847.486	3.043.963
Em atraso	21.111	13.034
Cobrança judicial	111.336	88.082
Total	3.979.933	3.145.079

12. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de consórcio ativas	20.700	19.014
Cotas de consórcio canceladas	2.318	2.319
Total	23.018	21.333

Refere-se a cotas de consórcio ativas e canceladas, adquiridas pela ADEMICON para visualização de grupos recém-inaugurados.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

13.1 Imobilizado de uso: a) Abertura do ativo imobilizado

	31/12/2024	31/12/2023
Descrição		
Instalações	75	91
Móveis/Equipamentos de uso	8.817	2.637
Máquinas e equipamentos	334	11
Equipamentos de processamento de dados	6.020	2.722
Benefícios em imóveis de terceiros	1.028	-
Total	14.974	6.239

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Móveis/Equipamentos de uso	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Total
Instalações	91	2.637	25	2.753
Liquido em 31/12/2023	-	-	-	-
Custo	-	2.410	-	2.410
Aquisições	-	-	-	-
(-) Baixas	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-
Adição	(16)	(373)	(14)	(399)
Liquido em 31/12/2024	75	4.674	11	4.760

13.2 Intangível: a) Abertura do ativo intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Descrição		
Software	16.478	11.254
Marcas e patentes	-	-
Projetos em andamento (i)	-	-
Agio incorporação (ii)	-	-
Total	16.478	11.254

(i) Refere-se a projetos em andamento para estruturação da nova arquitetura de tecnologia, criação de soluções digitais de venda e relacionamento para potencialização do produto principal e lançamento de novos produtos. (ii) Refere-se ao benefício fiscal sobre o agio gerado na aquisição da CONSEG Administradora de Consórcios conforme Laudo de Atuação de Preço de Compra (PPA), emitido em 26 de julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2022 foi constituído o ativo fiscal diferido, calculado a proporção de 34% sobre o montante do agio registrado na incorporação pela aquisição de investimentos, cujo aproveitamento se dará no prazo de 60 meses, com início no mês de abril de 2023. A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023		19.498
Parcelas apropriadas no exercício		(4.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		14.910

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração realizou análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido registrado, considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado a partir da projeção dos resultados, elaborada com base nas premissas do planejamento estratégico da ADEMICON, para obtenção do fluxo de caixa operacional. Considerando a projeção de lucros tributáveis para a ADEMICON, não foram identificados fatores de que este ativo venha a sofrer desvalorização. Dessa forma, a Administração conclui que não se faz necessária, para a data-base, a constituição de provisão para perdas por desvalorização ("Impairment"). b) Movimentação do ativo intangível

	Software	Marcas e patentes	Projetos em andamento	Total
Liquido em 31/12/2023	11.254	-	-	11.254
Custo	-	-	-	-
Aquisições	-	33	-	33
(-) Baixas	-	-	-	-
Transferências	7.907	-	-	7.907
Adição	(2.683)	-	-	(2.683)
Liquido em 31/12/2024	16.478	33	-	16.511

14. PASSIVOS FINANCEIROS

14.1 Empréstimos bancários

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Banco Santander Brasil S.A.	-	62.305
Itaú BBA Internacional	238.435	63.255
(-) Juros Santander	-	(3.619)
(-) Juros Itaú	(7.454)	(2.661)
Total	230.981	119.300

Refere-se a captação de capital de giro em moeda estrangeira para aplicação nas atividades econômicas da Companhia, amparada pela Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962. O valor total captado monta em R\$ 120 milhões sendo, R\$ 60 milhões junto ao Banco Santander, correspondente ao valor original em USD 12.131.015, a taxa de juros prefixados de 5,99% ao ano, e R\$ 60 milhões junto ao Banco Itaú, correspondente ao valor original em EUR 11.308.379, a taxa de juros prefixados de 4,56% ao ano. A operação foi liquidada pelo pagamento da última parcela em dezembro de 2024. Ainda em dezembro de 2024, foi realizada nova captação de capital de giro em moeda estrangeira, também para fins de aplicação nas atividades econômicas da Companhia, amparada pela Lei nº 4.131 de 3 de setembro de 1962. O valor total captado monta em R\$ 220 milhões sendo, junto ao Banco Itaú, correspondente ao valor original em USD 37.206.660. A amortização do principal e juros está feita em 4 (quatro) parcelas trimestrais, com primeiro vencimento no mês de março/2025. Sobre o saldo devedor é calculada a variação cambial, por ocasião dos fechamentos mensais, em contrapartida ao resultado. A seguir demonstramos a movimentação do saldo de empréstimos no exercício:

Em 31 de dezembro de 2023		119.300
(-) Captações		220.000
(-) Amortização		(138.185)
(-) Juros		6.922
(-/-) Variação cambial		22.944
Em 31 de dezembro de 2024		230.981

14.2 Taxa de administração a apropriar: Corresponde à taxa de administração recebida dos participantes dos grupos de consórcio de forma antecipada ao regime de competência

15. FISCAL E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais		
Imposto de renda a pagar	7.707	1.664
Contribuição social a pagar COFINS	5.075	1.191
PIS	3.290	2.505
ISS	686	542
IRRF sobre serviços de terceiros	2.499	1.863
INSS sobre serviços de terceiros	334	434
Outros tributos a receber	661	555
Total	134	115
Previdenciárias		
INSS sobre salários	1.730	1.391
FGTS sobre salários	572	477
IRRF sobre salários	1.096	1.070
Total	3.398	2.938
Total	23.777	11.815

16. PASSIVOS DIVERSOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		
Comissões a pagar (i)	53.536	33.649
Viagens e incentivos comerciais	11.862	10.859
Autorizações e licenciamentos	6.045	8.845
Fornecedores diversos	4.818	4.511
Provisão de férias a pagar	2.717	2.131
PLR a pagar	8.848	7.039
Outros passivos	793	37
Total	88.622	66.671
Passivo Circulante		
Recursos de FGTS - terceiros	1.137	940
Outros passivos	43	36
Total	1.180	976

(i) Refere-se aos valores de comissões de pessoas jurídicas e pessoas físicas geradas no mês de competência para pagamento no mês subsequente.

17. CONTINGÊNCIAS

A ADEMICON, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais e faz o acompanhamento do andamento de todos os processos, relativos a ações civis e reclamações trabalhistas. Para aqueles processos cujo prognóstico de perda é classificado como provável, os montantes envolvidos são registrados nas demonstrações financeiras, e, para aqueles classificados com prognóstico como de perda possível, é feita divulgação em notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2024, as contingências decorrentes de processos judiciais com prognóstico de perda provável estão representadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Descrição		
Causas cíveis	2.428	1.679
Causas trabalhistas	170	222
Indenizações a pagar	27	394
Créditos previdenciários (i)	3.345	3.345
Total	5.970	5.640

(i) Refere-se a provisão constituída sobre o reconhecimento de créditos previdenciários relacionados a limitação do "Sistema S" a 20 (vinte) salários-mínimos. Devido a mudança no posicionamento dos responsáveis pelo julgamento do tema, o aproveitamento do crédito foi suspenso, e a Administração da Companhia decidiu pela constituição de provisão para perda, dado o nível de incerteza quanto a realização do ativo correspondente ao valor do crédito. A movimentação do saldo de provisões no período está demonstrada a seguir:

Cível		Trabalhista
31/12/2023		2022
Constituição	2.818	20
(-) Reversões	(2.059)	(72)
2024		170

São os valores recebidos após encerramento dos grupos e que não foram distribuídos entre os consorciados a dificuldades na sua localização. Com o objetivo da realização do saldo de recursos não procurados, a ADEMICON vem realizando sucessivas tentativas de contato com os consorciados além da divulgação dos saldos pelo Banco Central. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo total das cotas de recursos não procurados está representado pelo montante de R\$ 16.637 (R\$ 15.257 em 31 de dezembro de 2023), sendo o montante de R\$ 1.771 registrado em conta patrimonial do passivo não circulante, e o R\$ 14.866 registrado em cotas de compensação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social, representado em 31 de dezembro de 2024 pelo montante de R\$ 27.977, e pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país e está composto por 9.844.920 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ações	R\$	%
Ademicon Holding S.A.	9.844.920	27.977	100

ADEMICON é controlada pela ADEMICON Holding S.A., a qual detém 100,00% de suas ações. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da ADEMICON está representado pelo montante de R\$ 102.030 (R\$ 55.404 em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado Nota 2.6). 19.2 Reserva Legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado ao final do exercício/semestre, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do valor total do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva legal está representado pelo montante de R\$ 5.595 (R\$ 5.595 em 31 de dezembro de 2023). 19.3 Reserva de lucros: Representada pelo montante de R\$ 68.458 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 21.832 em 31 de dezembro de 2023 - Reapresentado Nota 2.6), refere-se ao resultado apurado no exercício e tem como objetivo fazer frente ao pagamento de dividendos. 19.4 Distribuição de dividendos: Ao longo do exercício de 2024 foram pagos dividendos no montante de R\$ 248.430, sendo R\$ 14.852 em 06/

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA ADEMICON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma									
continuação									
	2º Semestre			Exercício 2023			Exercício 2022		
	2024	Exercício 2024	Exercício 2023	2º Semestre	Exercício	Reapresentado	2024	2024	Nota 2.6
Resultado com instrumentos derivativos									
passivos	(1.724)	(2.440)	(1.972)						
Variação monetária passiva	(98)	(1.302)	(803)						
Perda com variação cambial	(16.546)	(28.061)	(494)						
Outras multas	(336)	(630)	(93)						
Juros passivos	(3.757)	(6.923)	(24)						
Outras	—	(2)	(59)						
Sub-total	(22.443)	(39.449)	(3.465)						
Total	(772)	(9.193)	23.963						
24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
a) Correntes									
	2º Semestre	Exercício	Exercício						
	2024	2024	Reapresentado						
	2024	2024	Nota 2.6						
Resultado antes dos impostos com participação nos resultados	285.354	448.592	291.368						
(+/-) Efeitos aplicação CPC 47	(138.021)	(197.698)	(79.639)						
(+/-) Despesas indutíveis	6	205	106						
(+/-) Provisão para perda de crédito esperada	(471)	(2.032)	4.497						
(+/-) Despesas financeiras não realizadas	(1.399)	1.394	—						
(+/-) Doações	47	116	1.083						
(+/-) Brindes	517	891	1.040						
(+/-) Outras despesas	13.651	(2.219)	(17.700)						
Base de cálculo	159.684	241.249	200.734						
Imposto de renda - 25%	42.295	64.561	50.188						
Contribuição Social - 9%	14.907	22.927	18.068						
Imposto de renda e contribuição social antes das deduções	57.292	87.488	68.256						
Incentivos fiscais (PRT/Outros)	(5.365)	(5.551)	(1.251)						
Imposto de renda e contribuição social do período	51.927	81.937	67.005						
25. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS									
A ADEMICON possui como política o pagamento de participação nos resultados aos seus colaboradores. Em 31 de dezembro de 2024 a provisão para pagamento da participação está representada pelo montante de R\$ 8.426 (R\$ 7.000 em 31 de dezembro de 2023).									
26. PARTES RELACIONADAS									
Em 31 de dezembro de 2024 a ADEMICON possui registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 41.937 (R\$ 20.300 em 31 de dezembro de 2023), referentes a debêntures emitidas pela Ademicon Securitizadora S.A.									
27. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO									
A remuneração total dos diretores estatutários, registrada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está representada pelo montante de R\$ 3.166 (R\$ 2.853 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).									
28. HONORÁRIOS DE AUDITORIA									
A Ademicon possui processo para a contratação de serviços profissionais de auditoria independente, tanto para sua controladora como para a administradora. Os honorários contratados relativos à auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão representados pelo montante de R\$ 725 (em 2022 R\$ 626), e não houve contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.									
29. SEGUROS (NÃO AUDITADO)									
A ADEMICON possui contratos seguros para os imóveis onde estão instaladas as sedes administrativas, apropriados pelo período de vigência da apólice, e que possuem as seguintes coberturas:									
Cobertura									
Valor da cobertura									
Vigência									
Incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza									
Queda de aeronaves									
Riscos de Engenharia									
Responsabilidade Civil									
Outros									
Os seguros acima compreendem principalmente coberturas relacionadas a incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza; danos elétricos; despesas de recomposição de registros e documentos; quebra de vidro; rompimento de tanques e tubulações; responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais e danos morais.									
DIRETORIA									
CONTADORIA									
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Ademicon é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ademicon continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ademicon ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Ademicon são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante re-									
sultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ademicon. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ademicon. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ademicon a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.									
Curtiba, 22 de abril de 2025									
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CPF 25P000160F-6									
Adriano Machado Contador - CRC 1P9042584/O-7									

As Administradoras e Acionistas **Ademicon Administradora de Consórcios S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. ("Ademicon"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos para o exercício e semestre findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Ademicon, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a existência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Ademicon é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Ademicon é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ademicon continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ademicon ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Ademicon são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nosso objetivo não obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante re-

sultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ademicon. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ademicon. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ademicon a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curtiba, 22 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CPF 25P000160F-6

Adriano Machado Contador - CRC 1P9042584/O-7

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais





Assinado em: 25/04/2025 00:07:37
Tipo de assinatura: Desenho na tela
Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CPF: 01993841938
E-mail: financeiro2@induscom.com.br
Identificador: 39c5962c2d53eb7709156a7f55289175



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.14.157	25.4345969 , 49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

